



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
**Grupo Parlamentar**

Proposta de Lei n.º 4/XV/1.<sup>a</sup>

Aprova o Orçamento do Estado para 2022

Proposta de Aditamento

TÍTULO I

Disposições gerais

Capítulo III

Disposições relativas à Administração Pública

Secção II

Outras disposições sobre trabalhadores

Artigo 44.º-A

Subsídio de insularidade para todos os trabalhadores da administração pública  
central a desempenhar funções nas Regiões Autónomas

1 – Os trabalhadores da administração pública central a desempenhar funções nas regiões autónomas têm direito a receber o subsídio de insularidade com a seguinte forma de cálculo:

a) O Subsídio de Insularidade é calculado em função da remuneração de base anual a que o trabalhador em causa tem direito, nos termos do presente diploma, no ano anterior àquele em que o subsídio deve ser efectivamente pago, abrangendo os subsídios de férias e de Natal.

b) No primeiro ano civil em que é prestado serviço que confira direito de atribuição do Subsídio de Insularidade, este será de valor correspondente a tantos duodécimos



**PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS**  
**Grupo Parlamentar**

quantos os meses de serviço completos de vierem a perfazer até 31 de dezembro, e é pago no mês de agosto do ano seguinte.

c) No ano civil em que entra em vigor o presente diploma o Subsídio de Insularidade é fixado com referência à remuneração que releva para a sua atribuição, nos seguintes termos:

- 2% para os trabalhadores com remuneração igual ou inferior a €750;
- 1,5% para os trabalhadores com remuneração superior a €750 e igual ou inferior a €920;
- 1% para os trabalhadores com remuneração superior a €920 e igual ou inferior a €1400;
- 0.75% para os trabalhadores com remuneração superior a €1400 e igual ou inferior a €1900;
- 0,5% para os trabalhadores remuneração superior a €1900 e igual ou inferior a €2800;
- 0,25% para os trabalhadores com remuneração superior a €2800.

2- Para as situações referidas nas alíneas a), b), c) do número anterior, é assegurado um valor mínimo de €140.

3- As despesas relativas à aplicação do subsídio de insularidade e da remuneração complementar regional previstas nos números anteriores são suportadas integralmente pelas receitas gerais do Orçamento de Estado para 2022 e o seu pagamento garantido a partir de janeiro de 2022.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
**Grupo Parlamentar**

Assembleia da República, 13 de maio de 2022

Os Deputados,

Alma Rivera, Bruno Dias, Paula Santos, João Dias, Diana Ferreira, Jerónimo de Sousa

Nota justificativa:

Os princípios da solidariedade e da continuidade territorial consagrados na Lei vinculam o Estado a suportar os custos das desigualdades derivadas da insularidade distante. Na verdade, existem custos das desigualdades que a insularidade distante coloca a quem vive e trabalha nas regiões insulares portuguesas que justificam formas de compensação material que deverão ser da responsabilidade do Estado.

Os trabalhadores da administração pública central a desempenhar funções nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira há muito invocam, justamente, um mecanismo de compensação pelos maiores custos do que os exigidos para quem, exercendo as mesmas funções, resida no continente.

Com esta proposta o PCP pretende contribuir para que sejam compensados os funcionários de justiça por aqueles que são custos estruturais e permanentes provocados pela insularidade distante.